

# Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha

Rafael Machado Madeira\*

Artigo

## 1. Introdução

Nos últimos anos, é possível identificar no âmbito da Ciência Política brasileira um número crescente de estudos que buscam examinar, entre outros fatores, a configuração do atual sistema multipartidário no país, bem como suas conseqüências. Trabalhos como os de Fleischer (1981), Lima Júnior (1997), Meneguello (1998), Figueiredo e Limongi (1999) e Santos (2001) constituem-se exemplos do esforço que vem sendo feito para uma compreensão mais ampla do sistema político-partidário em nosso país. Neste contexto, acredita-se que a análise – não apenas dos dados eleitorais ou das votações legislativas, mas também da trajetória político-partidária das elites formadoras desses partidos – apresenta-se como um relevante *locus* para um aprofundamento do debate acadêmico acerca deste tema (POWER, 2000; RODRIGUES, 2002).

No entanto, analisando este conjunto já significativo de obras que (independente do ângulo de análise) visam examinar os partidos políticos brasileiros, uma importante lacuna pode ser identificada. Em seu artigo sobre a configuração do multipartidarismo no estado do Rio de Janeiro, Schmitt (1997) identifica esta falha na literatura nacional, apontando para a falta de estudos

---

\* Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço eletrônico: madeirar@bol.com.br.

publicados que tenham como foco central de análise a Aliança Renovadora Nacional (Arena)<sup>1</sup>.

Visando colaborar para o preenchimento dessa lacuna, o presente artigo tem como objetivo principal o exame dos dados referentes à trajetória política dos parlamentares eleitos pela Arena<sup>2</sup> gaúcha na Câmara dos Deputados nas quatro legislaturas empossadas ao longo do período bipartidário. Tal estudo parte da premissa de que o exame dos diferentes padrões de carreira política constitui-se em um relevante caminho para um entendimento mais elevado tanto do atual sistema partidário como de suas configurações particulares nas diferentes unidades da federação (LIMA JÚNIOR, 1997; SANTOS, 2001).

Assim, o presente estudo tem como principal objeto de análise o exame das trajetórias políticas dos deputados federais eleitos pela Arena gaúcha nas quatro legislaturas eleitas ao longo do período bipartidário. Tal análise tomará como principais variáveis para o estudo, aspectos como filiações anteriores, tempo de filiação antes da conquista do primeiro mandato de Deputado Federal e mandatos (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Governador etc.), cargos (secretarias municipal e estadual, Ministério, Presidência de estatais etc.) e funções de liderança no interior dos partidos (Presidência ou Vice-Presidência municipal, estadual ou nacional do partido, Executiva estadual ou nacional etc.) ocupados por cada parlamentar. Identificando não só a origem partidária, mas a experiência prévia desses parlamentares e o tempo de convivência (isto é, a experiência político-partidária compartilhada) existente entre os mesmos, pretende-se – entre outros aspectos – mensurar o peso e a correlação de forças existentes entre as antigas organizações partidárias (período “pré-64”) no interior da Arena gaúcha.

1 As exceções encontradas são Jenks (1979) e Mainwaring, Meneguello e Power (2001), ambas iniciativas (à exceção de Meneguello) de cientistas políticos norte-americanos.

2 Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, são criados dois novos partidos para substituir o multipartidarismo então existente. Assim, surgem o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição relativamente moderada ao regime militar – e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido de apoio aos governos militares. Esses partidos irão existir formalmente até 1979, com a extinção do sistema bipartidário e o retorno ao multipartidarismo.

Antes, porém, convém examinar os dados referentes à composição das bancadas partidárias da Arena e do MDB ao longo do período, para ter uma noção mais precisa do peso de cada legenda nas bancadas gaúchas.

TABELA 1 – REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (RS – 1966/1978)

	1966	1970	1974	1978
ARENA	48,3 (14)	53,8 (14)	40,6 (13)	43,7 (14)
MDB	51,7 (15)	46,2 (12)	59,4 (19)	56,3 (18)
TOTAL	100 (29)	100 (26)	100 (32)	100 (32)

FONTE: Trindade (1981).

Com relação ao Rio Grande do Sul, um dos aspectos que mais chama a atenção constitui-se no grande equilíbrio constatado entre as duas organizações partidárias na composição das bancadas gaúchas eleitas à Câmara dos Deputados. Seguindo as tendências verificadas no período multipartidário anterior, em 1966 é constatada uma divisão significativamente equânime das vagas entre os dois partidos. Além deste aspecto, ao se comparar estes resultados com os da eleição precedente (14 vagas para o “anti-Partido Trabalhista Brasileiro” (PTB), 14 para o PTB e uma para o Movimento Trabalhista Renovador (MTR)), verifica-se novamente a manutenção das configurações partidária e eleitoral constatadas no período anterior<sup>3</sup>. Esse aspecto indica também um grau significativo de estabilidade nas escolhas do eleitorado gaúcho, o que sugere que, neste estado, além da transferência praticamente completa de cada um dos blocos (“anti-PTB” e PTB) partidários para a Arena e o MDB, tal movimento implicou também no acompanhamento das respectivas bases eleitorais, redirecionando suas preferências político-partidárias.

3 Sobre a configuração do sistema partidário rio-grandense no regime democrático anterior, sua polarização entre as forças populistas (comandadas pelo PTB) e os partidos liberais conservadores (o anti-PTB) e o equilíbrio verificado entre estes dois blocos nas eleições para os poderes legislativos federal e estadual no período, ver Trindade (1981), Xausa e Ferraz (1981) e Madeira (2002). A mesma análise aqui apresentada sobre a Arena gaúcha foi realizada tendo como objeto a Arena baiana e paulista (MADEIRA (2003) e MADEIRA (2004), respectivamente).

Além de permitir identificar o peso dos remanescentes das antigas agremiações, o presente exame visa mensurar também a importância dos parlamentares oriundos da própria Arena, os “puros”<sup>4</sup>, em cada bancada. Para os objetivos deste artigo, este dado é tão relevante quanto controverso. É controverso dado que a existência dos puros, no contexto aqui analisado, também pode ser vista como um indicador da possibilidade de a organização partidária formar, no seu interior, quadros cujos vínculos político-partidários estariam vinculados ao próprio partido. Tal constatação poderia facilitar a estratégia dos militares de formar um partido unificado em torno da defesa do regime, uma vez que não estariam tão comprometidos com as lealdades e rivalidades transpostas do sistema partidário anterior para dentro da nova organização governista. Ao mesmo tempo, a eleição de parlamentares exclusivamente arenistas nas bancadas examinadas pode ser interpretada como um indicador da viabilidade de carreiras curtas, caracterizadas por uma rápida ascensão e, conseqüentemente, pela tendência a mais independência e descomprometimento dos parlamentares em relação a seus partidos.

TABELA 2 – FILIAÇÃO AOS ANTIGOS PARTIDOS (ARENA – RS)

ANO	PTB	MTR	PSB	PTN	PSP	PDC	PSD	PST	PR	PRP	PRT	UDN	PL	ARENA	MDB	Ni*	TOTAL
1966	-	-	-	-	-	2	7	-	-	1	-	1	3	-	-	-	14
1970	-	-	-	-	1	3	6	-	-	1	-	1	2	-	-	-	14
1974	1	-	-	-	-	2	5	-	-	1	-	-	2	-	-	2	13
1978	-	-	-	-	-	2	3	-	-	1	-	-	-	4	-	4	14

FONTE: Abreu *et al.* (2001).

NOTA: \* Ni: Partido não informado.

A apresentação dos dados referentes às trajetórias políticas dos parlamentares terá como parâmetro principal as organiza-

4 Por “puros” designam-se aqui todos os parlamentares arenistas que não foram filiados a nenhum partido político do sistema partidário anterior.

ções partidárias a que cada um deles foi filiado. Assim, cada um dos antigos partidos será aqui utilizado como uma espécie de fio condutor, a partir do qual serão analisadas, ao longo das quatro legislaturas, as trajetórias de todos os parlamentares remanescentes desta organização. Desse modo, quando identificada a presença de remanescentes de um determinado partido em mais de uma legislatura, somente após o exame de todos estes parlamentares é que se passará a analisar os remanescentes de outra organização. Assim, poder-se-á identificar de forma mais precisa não só o peso relativo dos remanescentes de cada partido em cada legislatura, como também a sua evolução ao longo das quatro legislaturas tomadas como parâmetro para a análise.

## 2. A exceção que confirma a regra? Um remanescente do PTB na Arena gaúcha

Ao se examinar a Tabela 2, um primeiro aspecto a ser mencionado é a identificação da manutenção, no estado, das antigas fronteiras partidárias entre os partidos denominados populistas e os liberal-conservadores. Em todo o período de sua existência, nenhum ex-membro de partidos como o PTB<sup>5</sup>, o MTR, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o próprio MDB (fenômeno identificado em São Paulo, por exemplo) migra para o partido governista e conquista sob esta legenda uma cadeira na Câmara dos Deputados. A exceção à regra fica por conta de Paulo Nunes Leal, do PTB, que se elege em 1974 pela bancada gaúcha.

Nas tabelas a seguir sistematizam-se os dados pelos quais pretende-se examinar a carreira política dos parlamentares arenistas. O primeiro aspecto a ser examinado (migração) busca

---

5 O sistema partidário criado em 1945 e que vigora até a extinção dos partidos em 1965 possuía três partidos principais: PTB, vinculado aos sindicatos de trabalhadores e considerado mais à esquerda entre os três principais; Partido Social Democrático (PSD), formado por latifundiários e pelos quadros remanescentes da máquina burocrática do Estado Novo, ocupa, na maior parte deste período, um papel de centro – ambos os partidos sofriam influência significativa de Getulio Vargas; União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a Vargas, formado por setores do empresariado e da classe média.

identificar a frequência com que estes parlamentares trocaram de legenda ao longo de suas carreiras políticas. Cabe salientar que a passagem dos antigos partidos para a Arena não será considerada como migração, uma vez que migração pressupõe uma mudança voluntária, e não compulsória, da filiação partidária. Por intermédio da segunda variável, pretende-se mensurar o tempo “investido” por estes parlamentares em suas carreiras políticas até a conquista de um mandato na Câmara dos Deputados pela legenda arenista. Ao longo deste período, o número e a importância dos cargos ocupados pelos deputados federais arenistas também fazem parte dos indicadores pelos quais pretende-se examinar suas trajetórias político-partidárias.

TABELA 3 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PTB (1974)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Nunes Leal	Não	4 anos	1	Sec. Est.

FONTE: Abreu *et al.* (2001).

Originalmente, um militar, o mineiro Paulo Nunes Leal, ex-Governador e ex-Deputado Federal por Rondônia, foi convidado pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches (1971-1975), a ocupar a pasta da Secretaria Estadual de Transportes. Tendo-se estabelecido no estado, Nunes Leal candidata-se e elege-se nas eleições de 1974 ao cargo de Deputado Federal, agora pela Arena do Rio Grande do Sul, para onde havia transferido seu domicílio eleitoral. Não tendo-se candidatado em 1978, Nunes Leal deixa a Câmara dos Deputados em janeiro do ano seguinte.

Cabe aqui salientar que, no conjunto dos dados examinados, observar-se-á que este caso é um fenômeno isolado entre os deputados federais da Arena gaúcha. Além disso, apesar de este fato comprovar a existência, no Rio Grande do Sul, de um parlamentar arenista proveniente do antigo PTB, não se pode interpretar este fenômeno, *a priori*, como um caso de transposição bem-sucedida das fronteiras, ou clivagens, partidárias características da dinâmica

política estadual. Esta interpretação fica prejudicada devido ao fato de a vinculação do parlamentar ao PTB ter ocorrido somente em Rondônia. Somando-se a isto, a vinda de Nunes Leal ao estado ocorre somente em 1971, quando ele já era filiado à Arena. Não experimentou, dessa forma, nenhum contato com o antigo PTB gaúcho, o que desconsidera este caso como uma exceção ao padrão de realinhamento partidário identificado no Rio Grande do Sul com a formação da Arena e do MDB.

### 3. Homogeneidade e estabilidade de trajetórias: PSD como o núcleo duro da Arena gaúcha

O Partido Social Democrata (PSD) destaca-se por ser a legenda da onde saiu a grande maioria dos parlamentares arenistas no conjunto das bancadas eleitas nas três primeiras eleições (1966, 1970 e 1974). Apesar de ser decrescente, o peso dos parlamentares provenientes desse partido corrobora o fato de ele ter sido, no regime anterior, a principal força partidária do bloco conservador-liberal no estado.

TABELA 4 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS:  
PSD (1966)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Clovis Pestana	Não	21 anos	4	Pref, Sec Est, Min e DF
Daniel Faraco	Não	21 anos	3	DF (5), Sec Est e Min
Arlindo Kunzler	Não	15 anos	2	Ver e DE (3)
Lauro Leitão	Não	21 anos	4	Pref; DE (2), DF e Sec Est
Tarso Dutra	Não	21 anos	2	DE e DF (5)
Amaral de Sousa	Não	21 anos	2	Ver e DE (2)
Ary Alcântara	Não	10 anos	3	DF e Ass Min e do PSD estadual

FONTE: Abreu *et al.* (2001).

NOTA: As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Analisando-se as trajetórias dos ex-pessedistas eleitos em 1966, pode-se observar que eles são exemplos bastante claros da grande influência e do peso exercidos pelo PSD na formação da Arena gaúcha. As trajetórias destes parlamentares, marcadas pela ausência de migrações partidárias e pelo longo tempo de filiação no partido (média de 18 anos), constituem-se indicadores consistentes do alto grau de coesão encontrado neste grupo. Além de estes parlamentares possuírem trajetórias caracterizadas pelo longo tempo nas fileiras pessedistas, o fato de os mesmos ocuparem a metade das cadeiras arenistas conquistadas no estado atesta a importância que os membros desta antiga organização tiveram na formação do novo partido, pelo menos em sua bancada federal.

Indicadoras da importância desta organização partidária como “escola”, formadora de vários dos principais quadros da Arena gaúcha na Câmara dos Deputados, destacam-se as presenças de Clóvis Pestana, Lauro Franco Leitão, Daniel Faraco, Tarso Dutra e Amaral de Sousa. Tendo ingressado nas fileiras pessedistas desde a sua fundação, estes parlamentares arenistas tiveram no antigo PSD um espaço comum e um longo período de socialização política. Contando com um ex-Prefeito de Porto Alegre, dois ex-secretários estaduais, dois ex-ministros e com quatro ex-deputados estaduais e quatro ex-deputados federais, os remanescentes do PSD eleitos em 1966 caracterizam-se por possuírem carreiras políticas já consolidadas, com passagem por vários cargos de relevância nos âmbitos municipal, estadual e, inclusive, nacional.

Um exemplo desse perfil pode ser visualizado na trajetória política de Tarso Dutra. Vinculado ao PSD desde sua fundação, Tarso Dutra candidata-se, em janeiro de 1947, à Assembléia Constituinte Estadual. Eleito, o então Deputado Estadual, após a promulgação da nova Constituição gaúcha, atuou como Segundo-secretário da Casa. Em outubro de 1950, elege-se, pela primeira vez, Deputado Federal. Devido ao fato de a trajetória deste parlamentar ser marcada pelo constante êxito eleitoral, Tarso Dutra mantém-se, ininterruptamente, na Câmara dos Deputados, reelegendo-se em 1954, 1958, 1962 e 1966. Nesta última eleição, na primeira legislatura eleita na nova legenda partidária, conquista o sexto mandato eletivo de sua carreira.



Cabe ainda ressaltar que o fato de o nome de Tarso Dutra constituir-se, já em 1966, em um dos mais fortes do partido ao governo do estado é um indicador bastante confiável do seu papel de liderança dentro da nova organização partidária. Este aspecto é claramente ressaltado em seu repertório biográfico, quando é relatada esta disputa, contra o também ex-pessedista e fundador do partido Peracchi Barcelos.

Reforçando a tendência anteriormente identificada, o fato de a disputa pelo Poder Executivo estadual recair, em 1966, sobre dois arenistas remanescentes do antigo PSD é mais um indicador do peso exercido pelos ex-pessedistas no interior da Arena gaúcha.

Vendo derrotadas as suas pretensões ao governo estadual, em novembro de 1966 Tarso Dutra conquista uma vaga na primeira bancada eleita sob a legenda arenista à Câmara dos Deputados. Em março do ano seguinte, o parlamentar licencia-se do cargo para assumir o Ministério de Educação e Cultura no governo do Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), cargo que ocuparia até a saída deste da presidência, em outubro de 1969. Retornando à Câmara dos Deputados, Dutra pleiteia, mais uma vez, o lançamento de sua candidatura às eleições indiretas para o governo do estado, que se realizaria em outubro de 1970. No entanto, seu nome é novamente preterido, desta vez, em favor de Euclides Triches, ex-Deputado Federal (1963-1967), pelo Partido Democrata Cristão (PDC) rio-grandense.

Após ter sido novamente preterido na disputa pelo governo do estado, Tarso Dutra é “compensado” pelo partido ao ser escolhido como um dos candidatos (juntamente do ex-udenista Daniel Krieger) da Arena gaúcha ao Senado Federal. Elegendo-se neste mesmo ano, assume, em 1971, uma das vagas do estado no Senado, juntamente de seu colega de partido. Em 1975, o parlamentar é escolhido Presidente do diretório estadual da Arena do Rio Grande do Sul.

Por fim, o ano de 1978, foi marcado por duas expressivas vitórias políticas de Tarso Dutra: a primeira foi a eleição do ex-Deputado Estadual e ex-pessedista José Augusto Amaral de Sousa, político de sua confiança, ao governo do estado. Nesta mesma data, o Senador gaúcho foi novamente eleito, desta vez, indiretamente, para o Senado Federal. Com a volta do pluripartidarismo, Dutra filia-se ao Partido Democrático Social (PDS). Faleceu no exercício de seu mandato, em maio de 1983.

TABELA 5 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PSD (1970)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Daniel Faraco	Não	25 anos	3	DF (6), Sec Est e Min
Arlindo Kunzler	Não	19 anos	3	Ver, DE (3) e DF
Lauro Leitão	Não	25 anos	4	Pref, DE (2), DF (2) e Sec Est
Amaral de Sousa	Não	25 anos	3	Ver, DE (2) e DF
Célio Fernandes	Não	14 anos	2	Ver (2) e Pref
Ary Alcântara	Não	14 anos	3	DF(2) Ass..Min e do PSD estadual

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Na segunda legislatura examinada, identifica-se uma redução de apenas uma cadeira entre as ocupadas pelos remanescentes do PSD nas bancadas arenistas gaúchas, não sendo possível identificar na diminuição do grupo dos ex-pessedistas uma perda de prestígio eleitoral ou uma perda de espaço dentro da Arena no estado. Pelo contrário, a reeleição de todos os ex-pedessistas que passaram pelo crivo eleitoral em 1970 é um claro indicador da manutenção do prestígio e da importância eleitoral deste grupo. A escolha de Clóvis Pestana para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e a eleição de Tarso Dutra ao Senado Federal são indicadores que também confirmam não só a força eleitoral dos remanescentes do PSD como a importância destes no interior da Arena gaúcha.

Além deste aspecto, a análise da tabela acima permite identificar o aumento da experiência prévia dos remanescentes deste partido. O fato de constarem entre os remanescentes do PSD eleitos em 1970 somente os parlamentares que já haviam conquistado uma vaga em 1966 tem como conseqüência lógica o aumento da experiência deste grupo. Um grupo menor, porém, caracterizado por duas décadas de convívio no PSD-Arena: este é o perfil dos remanescentes do PSD, eleitos em 1970 na bancada arenista gaúcha.

TABELA 6 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS:  
PSD (1974)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Arlindo Kunzler	Não	24 anos	3	Ver, DE (3) e DF (2)
Lauro Leitão	Não	29 anos	4	Pref, DE (2), DF (3) e Sec Est
Otávio Germano	Não	20 anos	3	Ver (2), DE (3) e Sec. Est
Célio Fernandes	Não	18 anos	3	Ver (2), Pref e DF
Alexandre Machado	Não	19 anos	2	Ver, DE (3)

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Em 1974, este grupo conta com cinco parlamentares. As modificações em relação à bancada anterior ocorrem em virtude de Amaral de Sousa passar a exercer o cargo de vice-Governador e de Ari Alcântara, o de Prefeito no Município de Pelotas, no Rio Grande do Sul (RS). Assim, nenhum dos dois parlamentares tenta a reeleição à Câmara dos Deputados. Outra alteração acontece em função do fracasso eleitoral do ex-pedessista Daniel Faraco, o primeiro caso de insucesso na tentativa de um ex-pessedista de renovar seu mandato na Câmara dos Deputados.<sup>6</sup>

Nesta legislatura, chama a atenção também o surgimento de dois novos ex-pessedistas na bancada federal da Arena gaúcha. Examinando-se os cargos ocupados por Otávio Germano e Alexandre Machado, pode-se observar que estes parlamentares, apesar de serem estreantes na Casa em 1974, possuem trajetórias semelhantes às dos demais deputados deste grupo. Sempre filiados ao antigo PSD, partido pelo qual foram colegas na Assembléia Legislativa do estado por três legislaturas seguidas (1962, 1966 e 1970), Otávio Germano e Alexandre Machado eram, quando do ingresso na Câmara dos Deputados, lideranças partidárias com bastante experiência e com uma expressiva trajetória prévia.

6 Nas eleições de novembro de 1974, Daniel Faraco alcança apenas a segunda suplência, tendo assumido o mandato por duas vezes.

TABELA 7 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PSD (1978)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Alexandre Machado	Não	23 anos	3	Ver, DE (3) e DF
Pedro Germano	Não	26 anos	2	Ass PSD e Sec Est
Jair Soares	Não	16 anos	3	Ass Sec Est, Ver e Pref

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Finalmente, em 1978, devido ao fato de Lauro Leitão e de Otávio Germano não terem tentado a reeleição e ao fracasso eleitoral de Kunzler (o segundo entre os ex-pessedistas), o único ex-pessedista que conquista a reeleição para a Câmara dos Deputados é Alexandre Machado. Nesta legislatura, juntamente desse parlamentar, Jair Soares e Pedro Germano são os remanescentes do PSD que fazem parte da última bancada eleita sob a legenda arenista. Dessa forma, apesar de uma pequena redução nesta legislatura, ainda é possível verificar o peso dos remanescentes do PSD no interior da Arena gaúcha, aqui refletido na presença desses parlamentares na bancada federal do partido.

Após filiar-se, em 1952, ao PSD gaúcho e fazer parte do seu diretório regional, Jair Soares passa a ocupar, em 1954, a chefia de gabinete da Secretaria de Obras Públicas (chefiada pelo então Major Euclides Triches) durante o primeiro governo Meneghetti. Em 1959, com o término do mandato do governador, Soares transfere-se para a Assembléia Legislativa, onde passa a atuar como Secretário da bancada do PSD. Após filiar-se à Arena, Jair Soares assumiu a Secretaria Estadual de Administração durante o governo Peracchi Barcelos (1967-1971).

Depois de permanecer durante sete anos ininterruptos na Secretaria Estadual da Saúde, nos governos Euclides Triches (1971-1975) e Sinval Guazzelli (1975-1979), Jair Soares candidata-se pela primeira vez a um cargo eletivo. Conquistando uma cadeira na bancada arenista na Câmara dos Deputados, o parlamentar, com apenas um mês de mandato, licencia-se para assumir

o Ministério da Previdência e Assistência Social no governo do General João Batista Figueiredo, no qual permaneceu até maio de 1982, quando pediu exoneração da função para concorrer ao governo do estado do Rio Grande do Sul.

Analisando-se o papel desempenhado pelos remanescentes do antigo PSD gaúcho, verifica-se que, já na primeira bancada eleita pela Arena, em 1966, e nas duas seguintes, a presença desses parlamentares pode ser tomada como um aspecto que tenderia a facilitar a transição que então estava ocorrendo neste período. Nesta difícil fase de acomodação (ou reacomodação) das antigas forças político-partidárias no interior da nova organização, a presença destes parlamentares, possuidores de uma longa experiência (construída em uma mesma e única organização partidária ao longo do período anterior) em praticamente todas as funções e postos políticos e de governo, pode ser tomada como um indicador que permite visualizar na bancada arenista gaúcha eleita em 1966 um grau significativo de coesão partidária. Essa coesão seria identificada com base na homogeneidade verificada entre as trajetórias destes parlamentares, sempre filiados ao PSD gaúcho.

Em períodos de transição como este, que foi caracterizado pela disputa entre os arenistas remanescentes das antigas organizações pelo controle da nova máquina partidária, e também pela definição tanto da identidade do partido como de um padrão de atuação de seus membros, a presença de um conjunto de membros mais experientes, e com uma formação político-partidária homogênea, pode ser bastante significativa, ao possibilitar a influência desta antiga “escola” partidária na definição da dinâmica da nova organização. Pode também contribuir para uma homogeneização maior de seus principais quadros, uma vez que grande parte dos arenistas gaúchos pertencia a um único partido político.

É claro que a ocorrência desse fenômeno pode ter favorecido a hegemonia dos membros desta antiga organização no conjunto do partido. No entanto, é justamente a possibilidade de um determinado grupo vir a se constituir como hegemônico no interior da organização que permitiria a identificação de uma homogeneização mais efetiva dos quadros partidários. Em um contexto diverso, como

no caso da Arena paulista<sup>7</sup>, caracterizado por uma árdua disputa pelo controle da máquina partidária, a existência de vários grupos no interior da organização tenderia a favorecer e reforçar as rivalidades internas, dividindo o partido e comprometendo a sua coesão.

Com relação a esse ponto, pode-se supor que a existência, nas quatro legislaturas aqui examinadas, deste “núcleo duro” de ex-pessedistas, com trajetórias políticas longas e forjadas dentro de uma mesma organização partidária<sup>8</sup>, garantiu às bancadas arenistas gaúchas eleitas à Câmara dos Deputados um grau bastante elevado de coesão partidária.

#### **4. A ideologia libertadora: marca da trajetória dos remanescentes do PL**

Com relação aos remanescentes do Partido Liberal (PL)<sup>9</sup>, chama a atenção o fato de os seus antigos membros marcarem presença de forma significativa entre os parlamentares arenistas gaúchos nas três primeiras legislaturas. Esse fato é indicativo, por um lado, da atuação forte deste partido, que era pequeno nacionalmente, no estado do Rio Grande do Sul, no período anterior. Por outro, pode-se supor que o aspecto em que esse partido mais se destacou no que diz respeito à formação da Arena gaúcha constitui-se, além do peso de seus antigos membros que migraram para a nova organização partidária e conquistaram um mandato na Câmara dos Deputados, na importância das posições ocupadas por alguns destes ex-liber-

7 Para a mesma análise tendo como objeto as Arenas paulista e a baiana, ver Madeira (2002).

8 Ao analisar padrões de recrutamento político em Minas Gerais, Fleischer (1977) também identifica o PSD mineiro como uma das maiores “escolas” daquele estado. Os dados analisados pelo autor “[...] substanciam a definição popular do PSD como uma ‘escola política’: em média, seus recrutados levavam quase 14 anos de ‘sargentação’ até chegarem à Assembléia pela primeira vez (quase 20 anos no caso do PSD federal), ou seja, recebiam um amplo treinamento político” (FLEISCHER, 1977, p. 128). Essa é, claramente, a configuração identificada no PSD gaúcho.

9 Partido pequeno, mas que ocupava um espaço relevante na política gaúcha por sua história e coerência ideológica.

tadores, tanto no partido como nos governos estadual e federal<sup>10</sup>. Com relação aos ex-libertadores integrantes das bancadas arenistas gaúchas eleitas no período em questão, pode-se destacar a estabilidade das vagas mantidas, dado que são três os parlamentares que figuram, ao todo, nas sete cadeiras ocupadas por remanescentes deste partido ao longo do período examinado.

TABELA 8 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PL (1966)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Brito Velho	Não	20 anos	3	DE, Sec Est e DF
Vasco Amaro	Não	8 anos	1	Ver
Norberto Schmidt	Não	15 anos	2	DE (2) e DF (2)

FONTE: Abreu *et al.* (2001).

NOTA: As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Analisando-se as trajetórias dos ex-libertadores em conjunto, destaca-se que, indo ao encontro do perfil até então identificado, os remanescentes do antigo Partido Libertador eleitos sob a legenda arenista gaúcha caracterizam-se por possuírem longas trajetórias dentro da organização. Salienta-se também que estes parlamentares tiveram no antigo PL, ao longo de, no mínimo, oito anos, não só um espaço compartilhado de socialização política, mas o único de suas respectivas trajetórias, o que comprova que os parlamentares arenistas provenientes deste partido também caracterizavam-se pela longevidade e estabilidade de suas respectivas carreiras políticas.

Entre estes três parlamentares, eleitos já em 1966, chama atenção a postura de Brito Velho, que, em setembro de 1969, renuncia ao seu mandato em protesto contra o Ato Institucional n. 5. Ex-Deputado Estadual constituinte (1947) e ex-Secretário Es-

10 Por exemplo: Brito Velho, ex-Deputado Estadual (1947) e ex-Secretário Estadual de Educação e Assistência (1960-62), e Deputado Federal desde 1962; Norberto Schmidt, ex-Deputado Estadual (1950-58) e Deputado Federal desde 1958; Mem de Sá, Ministro da Justiça no governo Castelo Branco.

tadual de Educação e Assistência, entre 1960 e 1962, no segundo governo Ildo Meneghetti (PSD), em outubro de 1962, Brito Velho elege-se Deputado Federal, pela primeira vez, pela legenda da Ação Democrática Popular. Esta era uma coligação formada pelo Partido Libertador (PL), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Assumindo o mandato em fevereiro de 1963, em maio torna-se vice-líder do PL e, a partir de junho de 1964, atua como vice-líder do bloco parlamentar UDN-PL na Câmara dos Deputados.

Reeleito, já pela Arena, em 1966, Brito Velho, fiel à doutrina libertadora que pregava o parlamentarismo, renuncia ao seu cargo em protesto pela instituição do AI-5 e a conseqüente redução ainda maior das prerrogativas do Poder Legislativo. E, assim como a maior liderança do seu antigo partido, Raul Pilla (o “papa do parlamentarismo”), afasta-se da vida político-partidária, basicamente pelos mesmos motivos.

TABELA 9 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PL (1970-1974)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Norberto Schmidt	Não	19/23 anos	2	DE (2) e DF (3) / DE (2) e DF (4)
Vasco Amaro	Não	12/16 anos	2	Ver e DF / Ver e DF (2)

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Nas demais legislaturas aqui examinadas em que se constata a presença de ex-libertadores (1970 e 1974), com a desistência de Brito Velho, os outros dois remanescentes do PL gaúcho tentam e obtêm êxito na manutenção de seus mandatos. Assim, Norberto Schmidt e Vasco Amaro compõem, novamente, as bancadas arenistas gaúchas eleitas à Câmara dos Deputados. A ausência de migrações entre os partidos políticos existentes no período multipartidário anterior e a identificação de carreiras políticas estáveis nos quadros do PL são as principais características das trajetórias dos antigos libertadores



que, assim como os ex-pessedistas, contribuíram para o aumento da coesão das bancadas arenistas gaúchas.

Finalmente, no pleito de 1978, em virtude do fracasso eleitoral de Vasco Amaro (que conquistou somente uma suplência e não chegou a exercer o mandato) e da desistência de Norberto Schmidt em concorrer, somados à inexistência de outro ex-libertador que obtivera êxito nestas eleições, não foi identificada a presença de nenhum remanescente deste partido na última bancada arenista gaúcha eleita à Câmara dos Deputados.

## **5. O PDC e o governo estadual: as trajetórias dos ex-pedecistas e a importância dos governos Ildo Meneghetti para o aumento da coesão da Arena gaúcha**

De forma ainda mais acentuada que a verificada no PL, o antigo PDC<sup>11</sup> caracteriza-se por uma grande estabilidade na manutenção de seus assentos nas bancadas eleitas pela Arena gaúcha. Esse aspecto é indicativo da manutenção da força eleitoral das lideranças do antigo partido em uma região específica do estado (região de imigração italiana e alemã).

Ao contrário do que pode parecer em um primeiro momento, entretanto, no PDC a estabilidade do número de cadeiras ocupadas por membros desta antiga organização partidária não pressupõe a manutenção de seus ocupantes. Este fato é facilmente verificável, uma vez que, ao todo, foram cinco os parlamentares que se revezaram nas sete cadeiras ocupadas pelos remanescentes deste partido ao longo do período analisado, isto é, praticamente um mandato por ocupante. Cabe considerar que os afastamentos dos ex-pedecistas da Câmara dos Deputados não foram provocados por fracassos eleitorais ou interrupção de suas respectivas carreiras, mas sim (assim como com relação aos ex-pessedistas) em virtude de nomeações ou da eleição para outros cargos.

---

11 Diferentemente de países como o Chile, no PDC do Brasil a democracia-cristã não teve uma inserção significativa.

TABELA 10 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PDC (1966)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Arnaldo Prieto	Não	8 anos	2	Ver e Sec Est
Euclides Triches	1	15 anos	3	Pref, Sec Est e DF

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Com trajetórias marcadas pela passagem em alguns dos cargos políticos mais importantes do estado, os remanescentes do PDC eleitos na bancada arenista gaúcha à Câmara dos Deputados em 1966 constituíam-se em duas das principais lideranças do antigo partido. Nesta legislatura, a presença de Arnaldo Prieto e Euclides Triches representa mais uma linha de continuidade entre o fim do período anterior e o início do bipartidarismo, representada aqui pela manutenção, em 1966, das duas vagas conquistadas por remanescentes deste partido nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1962. Esse aspecto também aponta para a existência de uma estabilidade significativa da dinâmica eleitoral gaúcha que, apesar da instauração de um regime militar e da mudança do sistema partidário e eleitoral, foi capaz de manter várias das suas principais características, ao menos nos primeiros anos de bipartidarismo.

Outro aspecto que chama a atenção é a identificação do primeiro caso de um parlamentar arenista com mais de uma migração partidária: Euclides Triches. Militar reformado, Triches inicia sua carreira política elegendo-se Prefeito no município gaúcho de Caxias do Sul, na legenda da coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD), pelo Partido Libertador (PL), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido de Representação Popular (PRP)<sup>12</sup>, em 1951. Ao término deste mandato, Triches é convidado e assume a Secretaria de Obras Públicas do seu estado, no primeiro governo Ildo Meneghetti. Em 1955, licenciado desta secretaria, Triches concorre, pela “Frente Democrática”,

12 Não foi encontrada a referência a qual destes partidos Euclides Triches era filiado antes de migrar para o PDC.

à Prefeitura da capital gaúcha. Após ser derrotado por Leonel Brizola (PTB), reassume seu posto na Secretaria de Obras Públicas.

Em 1959, encerrado o primeiro governo Meneghetti (PSD), Triches deixa a secretaria e, em 1962, ao retornar de uma viagem de estudos pela Europa, e já filiado ao PDC, candidata-se e elege-se, pela primeira vez, Deputado Federal, pela “Aliança Democrática Popular”. Empossado em fevereiro de 1963, em abril deste mesmo ano o parlamentar torna-se vice-líder do seu partido na Câmara dos Deputados e, a partir de maio do ano seguinte, passa a ocupar a liderança do PDC na Casa. Após apoiar o golpe militar em 1964, com a instauração do bipartidarismo, o parlamentar gaúcho filia-se à Arena, tornando-se, em maio de 1966, vice-líder deste partido na Câmara dos Deputados. Nesse mesmo ano, conquista o seu segundo mandato, durante o qual continuou atuando como vice-líder do seu partido e, posteriormente, do governo.

Em novembro de 1970, o parlamentar é eleito Governador de seu estado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em março do ano seguinte, dois meses depois de deixar a Câmara dos Deputados, Triches assume o governo estadual, em substituição ao ex-pessedista Peracchi Barcelos. Após o término de seu mandato, em março de 1975, o então Governador é substituído pelo ex-udenista Sinval Guazelli, sendo então nomeado diretor da Companhia Vale do Rio Doce e não se candidatando a nenhum outro cargo eletivo.

TABELA 11 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PDC (1970)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Arnaldo Prieto	Não	12 anos	3	Ver, Sec Est e DF
Cid Furtado	Não	+ ou – 15 anos	3	Sec Mun, Sec Est e DF
Mário Mondino	1	14 anos	3	Ver, DE e Sec Est

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Examinando-se as trajetórias de Arnaldo Prieto, Cid Furtado e Mário Mondino, verifica-se que o grupo dos ex-pedecistas mantém

basicamente as mesmas características verificadas na legislatura anterior, isto é, uma experiência acumulada de aproximadamente 13 anos em cargos políticos e o início de suas carreiras vinculadas ao âmbito municipal, o que pode ser identificado como um indício de um padrão de carreira marcado pelo que Panebianco (1990) denomina como integração vertical. Além deste aspecto, chama a atenção o fato da manutenção nesta bancada de pelo menos um Deputado com um histórico de uma migração partidária. Assim como no caso anterior, a troca de partido de Mondino ocorre dentro dos quadros do chamado “anti-PTB” (TRINDADE, 1981), dado que o Deputado sai do PL para ingressar no PDC. Estes dois casos constituem-se nos únicos casos de deputados arenistas com um histórico de migração partidária entre os deputados que detinham experiência política formal entre 1945-1965.

Outro aspecto que chama a atenção é a passagem de todos os ex-pedecistas em algumas das secretarias de estado durante os dois mandatos exercidos por Ildo Meneghetti. O fato de participarem durante anos do primeiro escalão do governo estadual, fazendo parte de uma equipe chefiada por um pessedista e juntamente dos demais membros do PSD, da UDN, do PL e do próprio PDC, pode ser aqui considerado um fator de aproximação e de convivência comum entre os quadros dos diferentes partidos no governo do estado. Este aspecto permite apontar para a existência de um processo de mais homogeneização das experiências político-partidárias (partilhadas ao longo do período anterior) dos futuros deputados federais da Arena gaúcha. Deste modo, conclui-se que os governos Ildo Meneghetti constituíram-se em um espaço privilegiado de socialização política para os futuros formadores da Arena no estado.

TABELA 12 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PDC (1974)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Cid Furtado	Não	+ ou – 19 anos	3	Sec Mun, Sec Est e DF (2)
Nelson Marchezan	Não	15 anos	2	Ver e DE (3)

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Em 1974, os dois remanescentes deste partido eleitos à Câmara dos Deputados pelo partido governista gaúcho foram Cid Furtado e Néelson Marchezan. Este último parlamentar iniciou sua carreira política em 1959, elegendo-se vereador no município de Santa Maria (RS). Três anos mais tarde, Marchezan conquista, pela primeira vez, um mandato de Deputado Estadual, sempre pelo antigo PDC, cuja bancada passou a liderar a partir de 1963. Com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, o parlamentar gaúcho filia-se à Arena. Em 1966, assim como o então Deputado Estadual e seu colega de partido Paulo Brossard, foi um dos deputados estaduais arenistas que deram seu apoio à candidatura Cirne Lima. No entanto, diferentemente de seu colega, Marchezan acata a decisão oficial e mantém-se no partido governista. Após reeleger-se por duas vezes consecutivas (1966 e 1970) Deputado Estadual pela Arena, o parlamentar passa a ocupar a vice-liderança do governo Euclides Triches (1971-1975) – seu antigo correligionário no PDC – na Assembléia Legislativa do estado.

Eleito Deputado Federal em 1974, a partir do ano seguinte, Marchezan assume também a secretaria-geral da Arena. Ainda neste mandato, apoiou a candidatura do General João Batista Figueiredo à Presidência da República. Neste mesmo ano (1978), o parlamentar chegou a ser cogitado por grupos no interior da Arena gaúcha como candidato do partido ao governo estadual que, no entanto, coube à Amaral de Sousa. Reelegendo-se Deputado Federal e assumindo a liderança do governo Figueiredo na Casa, após filiar-se ao PDS, e com o apoio do governo federal, Marchezan é eleito Presidente da Câmara dos Deputados em janeiro de 1981. Após ser derrotado, em janeiro do ano seguinte, nas prévias do partido para a escolha do seu candidato nas primeiras eleições diretas para o governo do estado, Marchezan reelege-se, em 1982, Deputado Federal com a maior votação do Estado (239.487 votos).

TABELA 13 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: PDC (1978)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Nelson Marchezan	Não	19 anos	3	Ver, DE (3) e DF
Victor Faccioni	Não	16 anos	3	Ver e DE (2) e Ch Casa Civil

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Analisando em conjunto as trajetórias dos ex-pedecistas, identifica-se que o fato de quatro de seus seis representantes nas bancadas federais da Arena gaúcha terem participado dos governos Ildo Meneghetti confirma o que foi afirmado anteriormente sobre o papel que estes governos tiveram como um importante espaço de socialização e de inter-relação administrativa e, acima de tudo, política entre os integrantes do “anti-PTB”. Devido ao fato de esse aspecto ter marcado as trajetórias de vários deputados federais da Arena gaúcha, consideram-se os governos Meneghetti um espaço privilegiado de socialização comum, como uma “escola”, por onde passaram várias das principais lideranças que formariam as bancadas federais da Arena no Estado.

## **6. Peculiaridades dos remanescentes da UDN gaúcha: peso inexpressivo nas bancadas, cassação de mandato e transposição de fronteiras políticas**

Passa-se agora a analisar o peso da antiga UDN na bancada arenista gaúcha. O fato de apenas dois parlamentares desta antiga organização figurarem nas quatro legislaturas aqui examinadas reflete a importância reduzida deste partido no Rio Grande do Sul, em relação ao seu peso na maioria dos estados brasileiros. Esse fato deve-se, possivelmente, à dificuldade encontrada pelo partido no sentido de manter seu eleitorado, que já vinha decrescendo (TRINDADE, 1981) ao longo das eleições ocorridas no período anterior. Essa dificuldade pode ser, pelo menos parcialmente, explicada pela inserção de partidos de médio porte no âmbito estadual, como o PL

e o PDC, que controlavam de forma estável fatias importantes do eleitorado no estado (*idem*), aspecto que contribuiu para aumentar as dificuldades encontradas pela UDN em ser um dos principais partidos em âmbito estadual e, ainda mais, para manter suas bases eleitorais após o fim do multipartidarismo.

TABELA 14 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: UDN (1966)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	"INVESTIMENTO"	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Alcides Soares	Não	21 anos	3	DE (2), Sec Est e DF

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Um dos fundadores da UDN no estado, ocupando desde 1950 postos de relevo na política estadual, Alcides Soares destacou-se na Câmara dos Deputados como um dos maiores apoiadores da candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República. Posteriormente, Alcides Soares integra, em outubro de 1966, a Frente Ampla, movimento político que tinha por objetivo principal lutar “pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”, articulado por João Goulart, Juscelino Kubitschek e o próprio Lacerda. Em novembro desse mesmo ano, reelege-se Deputado Federal pela Arena gaúcha. Porém, em virtude do seu envolvimento na Frente Ampla, Alcides Soares teve o seu mandato cassado, sem suspensão dos direitos políticos, em janeiro de 1969, com base no Ato Institucional nº 5, editado em dezembro do ano anterior, tendo sido este o único caso de um parlamentar arenista gaúcho com mandato cassado pelo regime militar.

TABELA 15 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS: UDN (1970)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	"INVESTIMENTO"	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Sinval Guazelli	Não	15 anos	3	Vice-pref, DE (2) e Sec Est

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

O segundo, e último, parlamentar arenista proveniente da UDN foi Sinval Guazelli. Tendo iniciado sua carreira política como Vice-Prefeito do município de Vacaria (RS), em 1955, já na legenda udenista, Guazelli conquista o seu primeiro mandato no legislativo estadual em 1958. Nesta legislatura, além de se tornar o líder da bancada do seu partido, o então Deputado Estadual udenista ocupa também a segunda Vice-Presidência da mesa da Assembléia Legislativa. Após reeleger-se em 1962, o parlamentar candidata-se, no ano seguinte, à prefeitura da capital do estado, sendo derrotado pelo petebista Sereno Chaise. Após a eleição, Guazelli retorna ao Poder Legislativo gaúcho, afastando-se novamente em 1964, para assumir a secretaria de Obras Públicas do estado no segundo governo Meneghetti.

Filiando-se à Arena, o então Deputado Estadual concorre, em 1966, em sublegenda, a uma das cadeiras gaúchas no Senado Federal, sendo derrotado por seu companheiro de partido, o Senador Guido Mondim – antigo membro do Partido de Representação Popular (PRP). Após ocupar a Presidência da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, entre 1967 e 1970, Guazelli elege-se Deputado Federal em novembro desse ano, obtendo a maior votação da Arena (cerca de 90.000 votos). Ao longo desta legislatura, o parlamentar ocupou, a partir de maio de 1973, a vice-liderança do partido na Casa.

Em 1974, o ex-udenista teve seu nome indicado pelo então Governador do estado, o ex-Deputado Euclides Triches, à sucessão estadual. Após ter sua candidatura homologada pela convenção estadual de seu partido, Guazelli elege-se, indiretamente, Governador do Rio Grande do Sul, assumindo o cargo em março de 1975. Por não ter disputado nenhum cargo eletivo no pleito de 1978, Guazelli deixa o Poder Executivo estadual em março do ano seguinte, voltando a reeleger-se Deputado Federal, já pelo Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB), em 1982, após ter participado da fundação do Partido Popular (PP) e de sua posterior incorporação ao partido opositorista.

Na trajetória de Sinval Guazelli, pode-se observar um raro caso de transposição das fronteiras político-partidárias no



Estado. Neste caso, pode-se supor que a filiação do ex-arenista ao PP, que se pretendia um partido de centro, e a sua posterior fusão com o PMDB possibilitaram a Sinval Guazelli transpor a clivagem Arena *versus* MDB com sucesso. Cabe salientar ainda que, mesmo com esta mudança, o ex-Governador arenista elege-se novamente Deputado Federal em 1982. Diferentemente do ex-petebista Nunes Leal, esta sim pode ser considerada como uma exceção que confirma a regra.

Apesar dessas características, incomuns nas trajetórias dos parlamentares arenistas, cabe salientar que o fato de ambos os remanescentes da UDN terem sido filiados unicamente a este partido ao longo de suas carreiras políticas (o primeiro desde a sua fundação, e o segundo ocupando posições de relevância, como a de candidato da “Aliança Democrática Popular” à prefeitura da capital gaúcha em 1963), não compromete o perfil, até aqui identificado, das carreiras políticas dos parlamentares gaúchos.

## **7. Integração vertical: experiência pré-Câmara e vinculação prévia ao partido condicionando o perfil dos “puros” no RS**

Encerrada a análise dos parlamentares arenistas remanescentes dos partidos políticos existentes no período multipartidário anterior, serão analisadas as trajetórias dos quatro “puros” que conquistaram uma cadeira na Câmara dos Deputados na bancada arenista gaúcha eleita em 1978. Antes mesmo de iniciar tal análise, pode-se destacar que a presença destes parlamentares é identificada somente na última legislatura eleita sob o bipartidarismo. Tal aspecto é um claro indicador das dificuldades encontradas pelos novatos dentro do partido em conquistar um mandato como o de Deputado Federal, apontando no sentido da necessidade de uma trajetória prévia dentro da Arena gaúcha antes da conquista de um posto eletivo desta envergadura.

TABELA 16 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ARENISTAS GAÚCHOS:  
ARENA (1978)

DEPUTADO	MIGRAÇÃO	“INVESTIMENTO”	Nº CARGOS	CARGOS ANTERIORES
Strassburger	Não	3 anos	1	Sec Est
Carlos Chiarelli	Não	4 anos	2	Sec Min e Sec Est
Darci Pozza	Não	10 anos	2	Ver e Pref
Hugo Mardini	Não	12 anos	1	DE (3)

**FONTE:** Abreu *et al.* (2001).

**NOTA:** As abreviaturas utilizadas são: Ver: Vereador; DE: Deputado Estadual; DF: Deputado Federal; Pref: Prefeito; Ass: Assessor; Min: Ministro e Sec. Est: Secretário Estadual.

Apesar das diferenças entre as trajetórias (as primeiras de caráter mais técnico, ocupando postos não-eletivos, e as duas últimas de caráter mais político – postos eletivos), destaca-se o fato de nenhum dos “puros” gaúchos ter na Câmara dos Deputados a primeira experiência em cargos políticos. Com Strassburger e Chiarelli tendo ocupado secretarias nos governos estadual e federal e com Pozza e Mardini tendo conquistado mandatos nos poderes Legislativo e Executivo municipais e no Poder Legislativo estadual, os “puros” gaúchos, além de serem em número reduzido, já possuíam trajetórias prévias relativamente longas no interior do partido antes de ascenderem à Câmara dos Deputados.

Como afirmado anteriormente, o fato da não-existência de puros nas bancadas arenistas nas primeiras eleições realizadas no sistema bipartidário, ou seja, de parlamentares que, na época, necessariamente não teriam praticamente nenhuma experiência político-partidária prévia, alcançando diretamente um posto como o de Deputado Federal, pode ser tomado como mais um indicador da existência, no Rio Grande do Sul, de uma dinâmica político-partidária que vai ao encontro do que Panebianco (1990) denomina como integração vertical. Por sua vez, quando tal fenômeno é identificado, o impacto das trajetórias dos “puros” na diminuição da coesão da bancada arenista gaúcha é significativamente reduzido, dado que tais trajetórias indicam nos quatro casos a passagem por postos de relevância nos âmbitos municipal, estadual e federal. Nesse sentido, a presença de tais parlamentares (principalmente os dois últimos

casos analisados) não significa, necessariamente, uma diminuição da coesão da bancada arenista gaúcha eleita em 1978.

## 8. Considerações finais

Analisando-se as trajetórias dos arenistas gaúchos eleitos à Câmara dos Deputados<sup>13</sup>, verifica-se que os mesmos são caracterizados por possuírem longas trajetórias prévias antes da obtenção do primeiro mandato nas bancadas arenistas. Mais do que isto, tais trajetórias são também marcadas por uma grande estabilidade no que diz respeito ao número de partidos pelos quais estes parlamentares passaram antes de ingressarem na Arena gaúcha, o que identifica no Rio Grande do Sul a existência de um padrão de carreiras políticas marcado pela estabilidade dos vínculos partidários.

Este padrão, que é uma das principais características apontadas pela literatura especializada à política e aos partidos políticos existentes no período multipartidário de 1945-1965, reproduz-se claramente durante a vigência do bipartidarismo no estado. A existência de tal manutenção do padrão de carreiras políticas pode ser identificada mesmo nas trajetórias dos “puros” gaúchos, marcadas por um tempo de filiação prévio relativamente longo, bem como pela passagem por importantes postos eletivos e administrativos antes da primeira experiência na Câmara dos Deputados.

Além deste aspecto, a constatação de que os partidos que formavam o “anti-PTB” vinham atuando conjuntamente na política gaúcha em todas as esferas (municipal, estadual e federal) também contribui para um estreitamento dos vínculos entre os futuros formadores da Arena no Rio Grande do Sul (MADEIRA, 2003).

Acostumada a atuar em conjunto durante vários anos, participando de, no mínimo, dois governos estaduais (Ildo Meneghetti), disputando eleições conjuntamente em praticamente todos os níveis, a coalizão que formaria a Arena gaúcha já estava

13 Com relação aos arenistas remanescentes dos demais partidos políticos existentes no sistema partidário anterior, cabe ressaltar ainda a presença constante de Alberto Hoffman, eleito nas quatro legislaturas aqui examinadas, pelo PRP, e de Clóvis Stenzel, eleito em 1970, remanescente do Partido Social Popular (PSP).

habituada a atuar conjuntamente, e já havia estabelecido laços de convivência interpartidários que foram cruciais para o grau de coesão do partido neste estado.

Tomando-se como base a análise de Bowler, Farrell e Katz (1999), pode-se afirmar que o fato de as dinâmicas político-partidária e eleitoral do Rio Grande do Sul em 1945-1965 serem marcadamente bipolares tencionou o estabelecimento de relações mais estáveis entre os diferentes atores políticos, entre os partidos e entre cada partido e seu respectivo eleitorado. Ao se confirmar a tendência salientada por estes autores de que um sistema partidário caracterizado desta forma tenderia a formar partidos políticos mais coesos, tem-se aqui uma explicação bastante plausível para o caráter “menos artificial” (TRINDADE, 1981) da formação da Arena no Estado.

Por sua vez, a análise das trajetórias dos arenistas gaúchos confirma tais características da dinâmica político-partidária e eleitoral identificada no Estado e a sua transposição para o interior da Arena. Assim, sendo herdeira de uma tradição de valorização dos espaços políticos e de clara definição e estabilidade das identidades partidárias (LOVE, 1975), a Arena gaúcha pode ser considerada portadora de um grau significativo de coesão partidária.

Desse modo, não somente em função das estratégias e ações dos governos militares, mas também das particularidades da dinâmica política do Rio Grande do Sul, é que o regime obtém êxito, no Estado, em seu propósito de formar um partido viável eleitoralmente<sup>14</sup> e capaz de prover o apoio pretendido pelo regime, mesmo após o fim do bipartidarismo. Cabe salientar que esta configuração não impede a identificação de episódios em que a unidade do partido esteve ameaçada, e o episódio da candidatura Cirne Lima é um exemplo disso.

Esta ressalva é bastante oportuna, uma vez que permite afirmar que não se pretendeu aqui negar a existência de rivalidades e

---

14 Além de ter conquistado o governo estadual e uma vaga no Senado Federal em 1982, o partido caracteriza-se por manter-se unido ao longo do tempo, mesmo com a criação de novos partidos, como o Partido da Frente Liberal (PFL), por exemplo. Atualmente, embora não tenha mais ocupado o Palácio Piratini, o partido mantém-se como o maior partido no estado em número de prefeituras, o que dá uma dimensão da força que o PP possui no estado.

de disputas internas entre os arenistas gaúchos, mas sim, salientar que este campo de disputas estava circunscrito a um espaço delimitado. Nesse sentido, a margem de ação e de movimentação das lideranças arenistas gaúchas estava restrita à estrutura interna do partido, o que ajuda a compreender a manutenção da sua unidade após o fim do bipartidarismo. Homogeneidade de trajetórias, impessoalidade e estabilidade nas carreiras políticas constituem-se, então, as características que marcam os principais quadros da Arena no Rio Grande do Sul e que explicam a manutenção da grande maioria de seus quadros até os dias atuais.

## Referências bibliográficas

ABREU, A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F. & LAMARÃO, S. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BOWLER, S.; FARRELL, D. & KATZ, R. Party Cohesion, Party Discipline and Parliaments. In: \_\_\_\_\_. (eds.). **Party Discipline and Parliamentary Government**. Columbus: Ohio State University, 1999.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FLEISCHER, D. **Os partidos políticos no Brasil**. V. I. Brasília: UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. A bancada federal mineira: trinta anos de recrutamento político, 1945-1975. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 45, p. 7-58, jul.1977.

JENKS, M. **Political Parties in Authoritarian Brazil**. Durham. PhD Thesis. Duke University, 1979.

LIMA JÚNIOR, O. B. (org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982/1994**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MADEIRA, R. M. **ARENA ou ARENAs?** A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. O padrão de carreira política dos deputados federais da Arena baiana: trajetórias estáveis e lealdades pessoais. **Mediações**, Londrina, v. 8, n. 2, jul.-dez.2003.

\_\_\_\_\_. Integração horizontal e fragmentação partidária: uma análise de carreira política dos deputados federais da Arena em São Paulo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 7, n. 2, jul.-dez.2004.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R. & POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PANEBIANCO, Â. **Modelos de partido**. Organización y poder en los partidos políticos. Madrid: Alianza, 1990.

POWER, T. **The Political Right in Post-Authoritarian Brazil**: Elites, Institutions and Democratization. University Park: Pennsylvania State University, 2000.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: USP, 2002.

SANTOS, A. M. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente**: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre os deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SANTOS, F. (org.). **O poder Legislativo nos estados**: diversidade e convergência. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SCHMITT, R. A. Rio de Janeiro: multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral. In: LIMA JÚNIOR, O. B. (org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências, 1982/1994. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TRINDADE, H. Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). *In*: FLEISCHER, D. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

XAUSA, L. & FERRAZ, F. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. *In*: FLEISCHER, D. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.